

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 12 de agosto de 1999

Ano 1 Nº 01

Deputados discutem a federalização do Besc

A determinação do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, anunciada no início deste mês de federalizar o Besc, causou reações das mais diversas na Assembleia Legislativa. Se depender da maioria dos parlamentares, a federalização não vai acontecer. A primeira arma disponível é o voto contrário ao projeto de emenda constitucional, enviado pelo Governador, e que suprime o artigo 149 da Constituição do Estado, retirando do texto a definição do banco como instituição pública, permitindo assim a federalização, que na realidade é a transferência do controle acionário para a União, para a futura privatização.



Presidente do Besc e secretário da Fazenda questionados pelos parlamentares

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Parlamentares negociam com Banco Central

O Presidente da Assembleia, Gilmar Knaesel (PPB), o presidente da Comissão de Justiça, deputado Onofre Agostini (PFL), os líderes de todas as bancadas, bem como o líder do Governo, deputado Paulo Bornhausen (PFL), estão nesta quinta-feira (12), em Brasília para audiência com o Presidente do Banco Central, Armínio Fraga.

Para o deputado Jorginho Mello (PSDB) autor da convocação da viagem, esta é mais uma tentativa para salvar o Besc. Os parlamentares buscam especialmente negociar um novo prazo com o Banco Central, que estipulou o dia 31 próximo para que seja alterada a Constituição Estadual e assegurada a federalização.

Criada CPI para investigar situação falimentar do Besc

Página 3

Audiência Pública

O presidente do Besc, Victor Fontana, e o secretário da Fazenda, Antonio Carlos Vieira, compareceram à Assembleia Legislativa nesta segunda-feira, para responder aos questionamentos dos parlamentares sobre a real situação daquela instituição bancária. A sessão foi solicitada pela deputada Ideli Salvatti (PT), que classificou de criminosa a federalização do banco ao custo de R\$ 1 bilhão, enfatizando que com R\$ 200 milhões o governo federal poderia sanear suas contas.

Ao lembrar que a atual administração não possui recursos para sanear o Besc, quantia estimada pelo Banco Central em R\$ 819 milhões, o secretário da Fazenda

alegou que o ex-governador Paulo Afonso Vieira não garantiu no orçamento deste ano recursos para sanear o banco. Vieira disse que o BC firmou um contrato em março de 1998, ratificado em setembro na Assembleia Legislativa e em dezembro no Congresso Nacional, de que não haveria ajuda para bancos operando com balanços negativos.

Neste aspecto, Ideli Salvatti reiterou que esta norma foi cumprida apenas com os bancos estatais, ressaltando que quem comprar o Besc ficará livre dos encargos trabalhistas, livre de dívidas, sendo que esta volumosa conta será paga durante muito tempo pelo contribuinte catarinense.

Presos políticos

Comissão de Direitos Humanos quer pagamento de indenizações para ex-presos políticos.

Página 4

AL homenageia Anita Garibaldi

Página 8

OPINIÃO

Comunicação e transparência



A atual legislatura, com o apoio da mesa diretora e todos os demais deputados, marcou o início de um processo de maior visibilidade dos trabalhos da Assembléia Legislativa. Seguindo a tendência da globalização da informação, esse processo visa por um lado ampliar a abrangência da divulgação das ações políticas da Assembléia e por outro lado, incentiva a população a conviver mais com a sede do Poder Legislativo de Santa Catarina, adquirindo o hábito de frequentá-la e fazer parte de seu cotidiano.

Esta abertura começou a concretizar-se com a realização de sessões e audiências públicas. Agora renova-se com a estréia do jornal NOTÍCIAS da Assembléia Legislativa. Este espaço será não só um canal de comunicação e intercâmbio entre os deputados, mas também destes com diversas entidades representativas, universidades e associações.

O processo de modernização continua paralelamente com a renovação do estúdio de rádio, o projeto piloto da

TV Assembléia e a presença na Internet. Neste último caso, já é feita a divulgação de importantes documentos para a nossa sociedade e seus representantes, como a legislação estadual e o Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

Os frequentes e variados eventos culturais sediados pela Casa no primeiro semestre, abriram as portas da Assembléia para o público, que compareceu e prestigiou seminários, exposições e lançamentos literários. Mais que isso, fez valer seu posicionamento presenciando sessões e audiências públicas. Questões de grande interesse social como o pagamento do funcionalismo público, a conclusão da BR-101 e o novo plano de saúde para os trabalhadores do estado entre outros, foram discutidas em plenário e fora dele com toda a transparência que a sociedade merece.

Isto é interação. Premissa básica para a transparência assegurada desde o início desta presidência. Na Assembléia, palco das decisões sobre o bem-estar de nossa sociedade, cada cidadão tem seu papel e o Poder Legislativo o convida a exercê-lo.

Deputado Gilmar Knaesel

A importância do Besc



O Poder Público precisa de instrumentos para implantar políticas. Esta premissa vigora para todos os setores. Como exemplo vale citar a educação, cuja implementação demanda a existência de órgãos para operacionalização das diretrizes.

Foi a partir desta constatação que o Governo Celso Ramos, no limiar da década de 60, decidiu criar o Banco do Estado de Santa Catarina S/A, visando munir-se de instrumentos para viabilizar o desenvolvimento econômico e social do Estado de Santa Catarina.

Esta ação se revestiu de exitosidade, porquanto, a par da Celesc e Udesc, o Besc fortaleceu a economia e permitiu as condições de consolidação do modelo catarinense de vida, que é aplaudida em todo o Brasil.

Destarte, os motivos que ensejaram a criação do Besc continuam com plena atualidade. Desse modo, o Besc deve

continuar sob controle do Estado de Santa Catarina, prestando serviços, principalmente nas pequenas comunidades. E, acima de tudo, voltado aos interesses do pequeno e médio produtor, do micro e pequeno empresário.

O Besc não pode e não deve faltar com o compromisso social, econômico e cultural assumido, desde a sua criação, com o Estado de Santa Catarina. Seus vínculos com esta terra estendem-se nas mais diversas áreas. Na verdade, encontram-se enraizados de norte a sul, do oeste ao litoral catarinense. O Besc já faz parte da história catarinense e não cabe ao governo federal, numa decisão unilateral, colocar à venda esse patrimônio forte e eficiente.

Por conseqüência, todos os esforços para que o Besc mantenha-se público requer o empenho não somente dos parlamentares e dos agentes governamentais, mas sobretudo, a participação efetiva dos diversos segmentos sociais nesse processo.

Deputado Herneus de Nadal

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)
 2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)
 1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)
 2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)
 3º Secretário: Afonso Spaniol (PDT)
 4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PFL)
 Órgão informativo do Poder Legislativo de Santa Catarina
 Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC
 E-mail: imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
 Editoração e Diagramação: Noeli T. Livi
 Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Padilha, Ana Maria Baggio, Paula Moreira
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Alberto Neves
 Ilustrações: Hudson Mendes Cardoso
 Distribuição: Setor de Expedição da Divisão de Imprensa
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

GERAL

Deputados descontentes com rumos do Besc aprovam uma CPI

Desde que o Banco Central determinou o dia 31 de agosto como o limite para que o banco catarinense seja federalizado, ou então procederá à sua liquidação, os deputados confrontam dados e possibilidades de solução.

Surpreendendo todas as bancadas, o deputado Heitor Sché (PFL) propôs uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para em 90 dias investigar os fatos e as causas que geraram a anunciada situação pré-falimentar do Besc.

Heitor Sché demonstrou estar indignado com a imposição do Banco Central sobre o banco estadual, ao afirmar que o mesmo não tem competência para determinar prazos para que a Assembléia Legislativa decida pelo futuro do banco. Acredita que somente com o levantamento das contas da instituição os parlamentares terão segurança para votar pelos destinos do Besc, lembrando que correntistas, funcionários e a sociedade catarinense merecem conhecer detalhadamente as razões da decisão do governo federal.

CPE

Mesmo com a instalação de uma CPI, a Comissão Parlamentar Externa presidida pelo deputado Jorginho Melo (PSDB), teve seu prazo prorrogado por mais 60 dias, com o objetivo de também buscar alternativas para a situação problemática do banco.

Para o relator da comissão, deputado Herneus de Nadal (PMDB), a federalização do Besc faz parte de uma negociação entre os governos estadual e federal, já que Santa Catarina conseguiu federalizar a dívida do Ipesc. Nadal acredita numa solução para manter o banco público, frisando que sanear a instituição é mais barato que a proposta do Banco Central. Ele acusou o governador de requerer nova auditoria no banco para dar outro tratamento às contas, utilizando ativos como débito, além de depreciar o Besc nos sete meses de mandato.

Defesa

Para o líder do governo, deputado Paulo Bornhausen (PFL), a federalização é a alternativa mais viável para

garantir agências no interior do estado. Defende que o processo de federalização pode viabilizar a manutenção dos 5 mil empregos diretos e outros 3 mil indiretos do Besc.

Segundo ele, garantias podem ser incluídas no edital de privatização, quando os

funcionários vão negociar um plano de demissão voluntária, previdência e outros assuntos de interesse da categoria. Anunciou ainda que o governo tem um prejuízo operacional mensal calculado em R\$ 7 milhões, o que torna o Besc inviável sob o controle acionário do Estado.

CPI será instalada na próxima semana

A expectativa é que os oito membros da CPI sejam indicados pelos partidos políticos já na segunda-feira 16, quando a comitiva terá voltado da Capital Federal com uma resposta do Banco Central sobre a data limite para votar a emenda constitucional que tira do Estado o controle acionário do Besc.

A discussão entre os líderes partidários consiste na possibilidade do PFL obter uma ou duas vagas na CPI.

Já estão confirmadas as presenças na comissão dos deputados Reno Caramori e Joares Ponticelli (PPB), Herneus de Nadal e Ronaldo Benedet (PMDB) e Ideli Salvatti (PT), além de Onofre Agostini pelo PFL.

Semana estadual antidrogas mobiliza comunidade

O início de uma grande cruzada antidrogas em todo o Estado. É assim que o deputado Adelor Vieira (PFL), Coordenador do Fórum Estadual Permanente Antidrogas e Pela Vida, define a Semana Estadual Antidrogas, que será realizada em todas as regiões de Santa Catarina no período de 16 a 21 deste mês.

No dia 17, o Secretário Nacional Antidrogas, Walter Maierovitch estará na capital acompanhando as atividades da programação, que inclui gincanas nas escolas, encenações teatrais, palestras e pedágios pelas ruas e órgãos públicos, onde as pessoas envolvidas nos trabalhos estarão trocando cigarros por frutas. O estado vai participar ainda de concursos nacional de vídeo escolar, cartazes e dramaturgia, com o tema

“Diga sim à vida” com premiações de até R\$ 25 mil.

De acordo com o palamentar, Santa Catarina vai ficar integrada de forma permanente ao Fórum Nacional Antidrogas, através da obtenção de todo o material necessário para a prevenção, recuperação e repressão.

O governo do Estado está firmando um convênio com o Fórum Estadual para a concessão de 1.000 bolsas de estudo para ensino à distância, onde agentes de prevenção serão treinados para atuar nessa área. “Estaremos também publicando uma cartilha com todas as informações sobre as drogas, que serão distribuídas para as famílias, alertando os pais sobre a gravidade do problema, principalmente entre os adolescentes”, afirmou o deputado Adelor Vieira.

Lançamento da Feira de Integração dos Municípios Catarinenses

Por iniciativa da Assembléia Legislativa e da Federação Catarinense dos Municípios aconteceu nesta quarta-feira, no hall do Palácio Barriga Verde, o lançamento da 1ª Feira de Integração dos Municípios Catarinenses. A Feira tem como principal objetivo criar oportunidades para os municípios mostrarem todo o seu potencial.

Segundo o presidente, deputado Gilmar Knaesel (PPB), a Assembléia aderiu à iniciativa como meio concreto de cumprir uma de suas principais finalidades constitucionais, qual seja, a de acompanhar o desenvolvimento de cada um dos municípios do estado e ser agente ativo neste processo de valorizar a municipalização.

COMISSÕES

Comissão pressiona para pagamento de indenizações

A Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo deputado Ronaldo Benedet (PMDB), reuniu-se esta semana com representantes da comissão especial de indenização de ex-presos políticos, tendo como objetivo pressionar o governo estadual para a liberação de crédito especial no valor de R\$ 5, 6 milhões, quantia estimada para indenizar 355 pessoas que foram presas ou torturadas durante o período da ditadura militar em Santa Catarina.

Os membros da comissão e o grupo a ser beneficiado pela indenização reivindicam o cumprimento da lei, aprovada pela Assembléia Legislativa e

sancionada pelo ex-governador Paulo Afonso Vieira. Neste sentido, Benedet e a deputada Odete de Jesus (PPB) ficaram encarregados de marcar uma audiência dos ex-presos políticos com o governador Esperidião Amin.

Em visita ao secretário da Justiça e Cidadania, Paulo César Ramos de Oliveira, o grupo obteve a promessa de empenho para que os recursos necessários ao pagamento das referidas indenizações fossem incluídos ainda no orçamento deste ano. No entanto, nenhum projeto foi enviado para apreciação dos parlamentares tratando do assunto. A quantia deve ser paga integralmente,



Reunião da Comissão de Direitos Humanos

através de uma mensagem enviada para a Assembléia solicitando a abertura de crédito especial.

A Comissão de Direitos

Humanos, vai pedir audiência com o governador ainda este mês, já que no dia 15 de agosto completa 20 anos a lei que anistiou os ex-presos políticos.

CPE da BR-101 tem reunião com Ministro dos Transportes

Os parlamentares que compõem a Comissão Parlamentar Externa (CPE) da BR-101, presidida pelo deputado Manoel Mota (PMDB), viajam na terça-feira 17 para Brasília, onde vão apresentar ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, um quadro da situação da rodovia no Estado, cobrando do governo federal ações que agilizem as obras de duplicação do trecho Palhoça/divisa com o Paraná e a licitação para o Sul do Estado. Contando com o empenho dos deputados do Fórum Parlamentar Catarinense na Capital Federal, Mota disse que a comissão está organizando uma estratégia para garantir uma suplementação de recursos, na ordem de R\$ 56 milhões, fundamental para garantir a duplicação.

Assessores técnicos já produziram material fotográfico e de vídeo com cenas do tráfego nos trechos mais críticos da parte norte, onde se processa a duplicação. Os deputados pretendem sensibilizar o ministro com as cenas do cotidiano da BR, em especial nos trechos da Grande Florianópolis, onde em função das obras ocorrem estrangulamentos e quilômetros de congestionamento. A intenção da comissão é garantir o empenho do ministério, para que o trecho entre Palhoça e Biguaçu, particularmente em Barreiros, seja concluído até o final do ano, evitando o caos na temporada de verão. Manoel Mota frisou que a CPE vai cobrar de Padilha uma posição frente a empreiteira responsável por aquele trecho.

Audiência Pública para discutir hospital de Araquari

A Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa vai realizar, no próximo dia 25, uma audiência pública para discutir a situação do Hospital Bom Jesus no município de Araquari. A proposta foi apresentada pelo líder do PPS, deputado Jaime Duarte e aprovada em plenário no reinício dos trabalhos legislativos.

Com um corpo clínico composto por seis médicos, o hospital vem resistindo à falta de repasse de recursos do governo, há mais de 15 anos. Entretanto, o agravamento da situação ao longo deste ano levou o estabelecimento a fechar parcialmente as suas portas para o atendimento ao público. "Para a população de Araquari resta procurar os hospitais de Joinville e de São Francisco do Sul, que ficam a 30 quilômetros", lembrou Duarte.

A interrupção no atendimento ocorreu em decorrência do atraso de três meses nos salários dos funcionários, da falta de condições de trabalho e da deficiência de equipamentos. O Bom Jesus atende, em média, a 40 consultas por dia e registra 60 internações/mês. Além dos seis médicos, trabalham no hospital 40 funcionários.

De acordo com a proposta do parlamentar, deverão ser ouvidos na audiência, representantes da direção do Hospital Bom Jesus, da Secretaria da Saúde, deputados integrantes da Comissão e autoridades do município.

Os encaminhamentos e sugestões apresentados na reunião serão votados e, posteriormente, encaminhados ao governo do estado.

PLENÁRIO

Modernização no licenciamento e no IPVA

O deputado Altair Guidi (PPB) está propondo ao Governo do Estado e à direção do Detran/SC, mudança na forma de recolhimento do IPVA e licenciamento de veículos. O modelo a ser adotado é semelhante ao do estado do Paraná, onde o cidadão recebe toda a documentação em casa, dirige-se ao banco e, posteriormente, recebe de novo em casa a documentação quitada.

A solicitação de Altair Guidi foi encaminhada por intermédio da Assembléia Legislativa, sob a forma de Indicação. O parlamentar justifica sua proposição argumentando que em Santa Catarina, atualmente, os donos de veículos automotores enfrentam “um verdadeiro calvário” quando vão religiosamente quitar seus débitos do IPVA, seguro obrigatório e licenciamento.

“Ao final de cada mês, formam-se enormes filas de

contribuintes junto ao Detran/SC para por em dia e pagar seus impostos”, lembra Altair Guidi, acrescentando que, quem paga seus impostos, cumprindo com sua obrigação, deveria receber por parte do poder público um tratamento melhor e mais respeitoso.

Depois de manter contatos com o Detran do Paraná e também com vários proprietários de veículos daquele estado,

Altair Guidi garantiu que o novo sistema lá implantado foi bem aceito. “Sugerimos aqui que o Detran de Santa Catarina faça um intercâmbio com o Detran do estado vizinho, colhendo subsídios para implantarmos aqui um modelo semelhante, onde o contribuinte sequer vai ao Detran”, acrescenta o deputado. Concluiu dizendo que, “se for para melhorar a vida do cidadão catarinense, podemos copiar o que é bom”.

Deputados prorrogam prazo de venda das ações Codesc/ZPE

O Projeto de Lei do Executivo que dá nova redação ao artigo 5º da Lei 9.654, de 19 de julho de 1994, foi aprovado pela maioria dos deputados. A lei anterior previa que “no prazo máximo de até 5 anos contados da data da publicação da Ata da Constituição e Estatuto Social da empresa a se constituir, a Codesc promoverá de forma gradativa, segundo o melhor e oportuno preço de mercado, a venda de suas ações originárias de participação societária autorizada por esta Lei, até completar o saldo remanescente de 10% das ações com direito a voto”. O controle acionário passaria para a iniciativa privada, através da venda de suas ações, desde que implantada e consolidada as obras da ZPE e o condomínio

entregue aos empresários para implantarem suas indústrias. O prazo encerrou no mês passado, sem que as obras de infra-estrutura estivessem concluídas.

Os deputados acataram os motivos expostos pelo Diretor-Presidente da ZPE – Zona de Processamento de Exportação, Irmoto José Feuerschuette e aprovaram a nova redação do artigo 5º da Lei 9.654, alterando o prazo para 10 anos. Segundo ele a prorrogação era necessária para que as obras de infra-estrutura para a implantação da ZPE em Imbituba fossem concluídas.

A Zona de Processamento de Exportação é um conglomerado de empresas com tratamento alfandegário especial e menor burocracia, cuja produção será exclusivamente para o mercado externo.

Resgate ambiental e econômico do sul

O deputado Valmir Comin (PPB) comunicou o lançamento do edital de licitação da obra para a construção da Barragem do Rio São Bento, em Siderópolis, ocorrida no último dia quatro.

“A obra vai resgatar o compromisso político do governador Esperidião Amin, do senador Jorge Bornhausem e do próprio Presidente da República, e certamente alavancará a economia da Região Sul como um todo”, disse o parlamentar.

Ao mostrar os aspectos altamente benéficos da obra, Comin revelou que, aproximadamente 4.500 lotes no perímetro urbano da Região Carbonífera foram considerados inviabilizados para habitação por não terem água. Além de resolver o problema de abastecimento

de água potável, a barragem vai incrementar a rizicultura, a piscicultura e o turismo na região.

A irrigação vai cobrir uma área aproximada de 2.500 hectares e a população atendida pelo abastecimento se estenderá de 268 para 633 mil habitantes.

O projeto já foi concluído pelo Núcleo de Pesquisa da Universidade do Extremo Sul Catarinense, em fevereiro passado, sendo que a obra está orçada em US\$ 25 milhões.

Após sua execução, onze municípios serão diretamente beneficiados pela barragem: Criciúma, Treviso, Maracajá, Cocal do Sul, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza e Urussanga, confirmou Valmir Comin.

PLENÁRIO

Melhoria para emergências hospitalares

O deputado Nilson Gonçalves (PFL), obteve aprovação ao projeto de lei que estabelece obrigatoriedade aos hospitais de manterem número de médicos proporcional à quantidade de atendimentos realizados nas emergências. A determinação é para os hospitais das redes pública e privada conveniados com o SUS, no Estado. Para que seja definido o número ideal de profissionais que deverão atender nas emergências, a direção do hospital manterá uma estatística mensal atualizada dos atendimentos realizados, considerando como quantidade de pacientes a média diária do



Deputado Nilson Gonçalves

mês anterior.

A partir desta média, a mesma será multiplicada pelo tempo mínimo de 15 minutos de atendimento previsto para um paciente, dividindo-se o resultado por 60 minutos, obtém-se o total de horas necessárias ao atendimento médico diário que, por sua vez, será comparado com a soma das horas que cada profissional se comprometerá a realizar, obedecendo o limite legal da jornada de trabalho da categoria. A iniciativa visa melhorar a qualidade do atendimento e beneficiar a própria classe médica, evitando a sobrecarga de trabalho.

Venda de preservativos será popularizada

Considerando o alto índice de contaminação pelo vírus do HIV, e de outras doenças sexualmente transmissíveis no Estado, o deputado Manoel Mota (PMDB) apresentou projeto de lei para facilitar a aquisição de preservativos masculinos em locais de grande concentração de público. O projeto prevê a instalação de equipamentos automáticos para venda de preservativos em banheiros públicos instalados em aeroportos, rodoviárias, centros comerciais, restaurantes, bares, motéis e casas noturnas. A obrigatoriedade prevista aplica-se a estabelecimentos com capacidade de atendimento superior a duzentas pessoas. Esta medida já foi adotada em grandes centros e tem se mostrado eficiente como mais um instrumento facilitador do sexo seguro, justificou o parlamentar. Os produtos oferecidos deverão observar rigorosamente a validade e serão garantidos por inspeção de qualidade.

Lei normatiza publicidade de atos oficiais

Buscando normatizar a publicidade de atos oficiais, cuja prática tem gerado situações controversas em função da dispersão dos meios de comunicação social utilizados pelo Estado, o deputado Jaime Duarte (PPS), teve projeto de lei de sua autoria aprovado neste sentido.

De agora em diante, todos os atos oficiais administrativos, praticados pelo três Poderes, serão publicados no Diário Oficial do Estado. Com esta medida, o parlamentar busca a maior transparência nas ações da administração pública e conforto e segurança aos segmentos sociais que necessitam ou queiram acompanhar os procedimentos da administração pública. O projeto prevê também que todos os atos administrativos constem da Internet, quando o sistema for disponível.

Vagas na Udesc para ex-alunos da rede pública

Procurando sanar as injustiças existentes nos processos seletivos para ingresso no ensino superior brasileiro, causadas pela desigualdade de competição entre os alunos que realizam o concurso vestibular, o deputado Paulo Bornhausen (PFL), apresentou projeto de lei. Se aprovado e posteriormente sancionado pelo Governador, a Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, ficará obrigada a reservar anualmente, no mínimo cinquenta por cento das vagas de cada curso de graduação, para alunos que tenham cursado integralmente os ensinos fundamentais e médio em escola pública. O direito à vaga, pressupõe aprovação no processo seletivo adotado pela

Universidade, e classificação dentro do percentual estabelecido no projeto.

O deputado busca garantir ao estudante carente, que frequentou as escolas públicas, geralmente com qualidade inferior ao da rede privada, vagas na Universidade do Estado, ocupadas na maioria por estudantes de escolas privadas. Apesar de concordar que a melhor alternativa para solucionar esta diferença seria aumentar a qualidade de ensino na rede pública, e enquanto isso não acontece, a medida vai diminuir um pouco as diferenças, garantindo o acesso ao ensino superior de alunos economicamente carentes, justificou o parlamentar.

Projeto para beneficiar aposentados e pensionistas

Desde o início desta legislatura, dois projetos de lei e uma emenda constitucional foram apresentados buscando beneficiar aposentados e pensionistas do estado com descontos nos transportes municipais e intermunicipais.

De autoria do líder da bancada do PT, deputado Francisco de Assis, estabelece um desconto na ordem de 40% no preço das passagens intermunicipais aos que comprovarem renda mensal inferior a três salários mínimos. Já no projeto do deputado Afonso Spaniol (PDT) o desconto percentual previsto é de 50% aos aposentados e pensionistas com idade igual ou superior a sessenta anos e com renda inferior a cinco salários mínimos.

Por sua vez o deputado petista

Pedro Uczai, apresentou uma emenda constitucional prevendo gratuidade total em ônibus municipais e intermunicipais, aos maiores de 60 anos, independente da condição salarial. O projeto de emenda já obteve parecer favorável da Comissão de Justiça e aguarda autorização para ser votado em plenário.

Todos os projetos buscam assegurar o bem estar dos idosos, em especial os de baixa renda. Estatísticas confirmam que em torno de 80% dos idosos de Santa Catarina estão aposentados com apenas um salário mínimo, o que inviabiliza qualquer viagem, mesmo as necessárias para tratamentos de saúde.

Peninha destaca informática ao homem do campo

O deputado Rogério Mendonça (PMDB), o Peninha, falou sobre o curso de informática oferecido aos agricultores de Santa Catarina. Ministrado pelo Centro de Treinamento da Epagri em Araranguá. O curso iniciou em março de 1998 e já capacitou cerca de 110 pessoas, na sua maioria jovens filhos de produtores. "Convém registrar que trata-se de uma iniciativa pioneira e inédita. É a informática chegando até a propriedade rural. Ainda que de forma pouco agressiva, o produtor rural está sendo municiado de dados, informações e programas que auxiliam na tomada de decisões e o preparam para o mercado", elogia.

De acordo com o parlamentar, o curso completo consiste em duas semanas de aula, sendo que na primeira o aluno aprende a operar o computador e na segunda, acompanha

a apresentação de um programa de administração rural. A unidade onde os cursos são realizados conta com material didático em quantidade e qualidade e com instrutores devidamente capacitados.

Segundo Peninha, o número de candidatos interessados superou as expectativas. "Isso prova que cursos sérios, voltados para atender as necessidades do público e executados por profissionais competentes são bem aceitos e adotados na prática". Garante que alguns produtores já adotaram o computador como instrumento de trabalho. Ele explica ainda que os cursos de informática fazem parte do Programa Catarinense de Profissionalização de Agricultores e Pescadores

Desde 1998, o programa já formou 55.926 agricultores/pescadores, por meio de 3.971 cursos.

Proposições

Deputado Nelson Goetten (PPB) ao governador do estado, para a criação de programa de incentivo à implantação de abatedouros e laticínios comunitários em municípios do estado.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB) ao secretário da Saúde, no sentido de restabelecer o tratamento de hemodiálise aos pacientes renais residentes na região oeste, porque a única clínica credenciada pelo SUS não atende novos pacientes desde o início deste mês.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao ministro da Previdência e Assistência Social, para a implantação de uma agência tipo B, do INSS, no município de Orleans.

Deputado Adelor Vieira (PFL) ao ministro da Previdência e Assistência Social, para que a agência do INSS, localizada em Lauro Müller, não seja transformada em posto avançado.

Deputado Jaime Duarte (PPS) ao governador do estado, solicitando a quitação dos débitos que o IPESC tem para com os prestadores de serviços médico-hospitalares.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB) à secretária da Educação e do Desporto, indagando sobre o cronograma das obras do ginásio de esportes do município de Flor do Sertão.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao Presidente da República para que a energia elétrica passe a fazer parte do índice de inflação.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao Presidente da República, para que não seja permitida a cobrança de mais de uma tarifa de pedágio numa mesma rodovia.

Deputado Adelor Vieira (PFL) ao ministro dos Transportes para recapeamento da BR- 282, trecho Xanxerê ao trevo de Irani, que se encontra em péssimas condições de conservação.

Deputado Francisco de Assis (PT) ao ministro dos Transportes, pedindo revisão do projeto de duplicação da BR-101, no trecho correspondente à área urbana do município de Itapema, permitindo a construção de uma passarela ou túnel.

Deputado Nilson Gonçalves (PFL) ao secretário dos Transportes e Obras para que libere verbas ao DER/SC para as obras de recuperação da rodovia BR 470, no trecho situado na região do alto vale do Itajaí.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao chefe do DNER/SC, pedindo melhorias para a BR-282, no oeste do estado.

Deputado Sandro Tarzan (PTB) ao secretário dos Transportes e Obras, sobre a continuidade das obras da rodovia SC - 439, trecho Painel/Urupema.

Deputado Milton Sander (PPB) ao secretário do Mercosul para que o oeste catarinense seja incluído na primeira etapa do Prodetur.

Deputado Nilson Gonçalves (PFL) parabenizou a comunidade de Brusque, pela passagem dos 139 anos de emancipação política daquele município.

Deputado Valmir Comin (PPB) aos atletas catarinenses que conquistaram medalhas nos Jogos Pan-Americanos, realizados em Winnipeg, no Canadá.

Deputado João Rosa (PSDB) ao governador do estado e ao secretário da Segurança Pública, pedindo a instalação de uma extensão da Academia da Polícia Civil em Joinville.

Deputado Nilson Gonçalves (PFL) ao governador do estado, para indenizar financeiramente os produtores rurais do município de Itapoá, que tiveram suas propriedades transformadas em reservas ambientais.

Deputado Onofre Agostini (PFL) ao governador do estado que regulamente a Lei no 10.472, de 12 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política florestal no estado.

ESPECIAL

Eventos da AL homenageiam Anita Garibaldi

Em homenagem aos 150 anos da morte de Anita Garibaldi e por indicação do deputado Joares Ponticelli (PPB), a Assembléia Legislativa realizou em Laguna uma sessão solene que contou com a presença do presidente Gilmar Knaesel (PPB), demais deputados estaduais, governador Esperidião Amin, presidente do Tribunal de Justiça João Martins, secretários de estado e convidados especiais. Durante os trabalhos legislativos foi destacado o heroísmo da catarinense Anita Garibaldi e sua importância no contexto histórico do Estado.

Uma exposição no hall da Assembléia Legislativa, mostra pela primeira vez ao público o acervo do professor, escritor e pesquisador Wolfgang



Presidente Knaesel com o governador Amin e o presidente do TJ, em Laguna

Ludwig Rau, que vive na capital há mais de 50 anos e é apaixonado pela história de Anita Garibaldi. Até o dia 26, o público poderá observar mapas da Guerra dos Farrapos, documentos referentes ao

conflito, quadros e peças pertencentes a Giuseppe Garibaldi e que foram cedidos pelo Museu Júlio de Castilhos, de Porto Alegre, além das telas do artista plástico Willy Zumblick.

Durante as homenagens, foram lançados os livros "Aninha do Bentão", de Walter Zumblick e "Anita - A Guerreira das Repúblicas", de Adílzio Cadorin.

Agenda

Dia 16, das 14 às 16 horas, acontecerá no Plenário, atividade especial referente ao "XV Congresso Nacional de Aposentados e Pensionistas".

Proposição deputado Manoel Mota (PMDB)

Dia 16, às 19 horas, acontecerá no Plenário, Sessão Especial referente a "Semana Antitóxicos".

Proposição deputado Adelor Vieira (PFL)

De 16 a 30, Exposição na Galeria de Arte da Assembléia de fotos em comemoração aos 160 anos da Fotografia no mundo. Fotos de Mônica Bolzani com o tema África.

De 23 a 27, Exposição em homenagem ao Ex-Presidente da República, Getúlio Vargas, no hall do Palácio Barriga Verde.

Dia 25, às 10 horas, audiência pública para discutir a situação do Hospital Bom Jesus no município de Araquari.

Proposição deputado Jaime Duarte (PPS)

Continua no hall do Palácio Barriga Verde a Mostra Comemorativa dos 150 anos de morte de Anita Garibaldi.

Federalização da dívida do Ipsc foi adiada

Somente na próxima semana o Senado irá discutir a federalização da dívida do Ipsc. A reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que deveria tratar do assunto esta semana, só tem reunião marcada para a terça-feira 17.

O governo catarinense busca aprovação de um termo aditivo ao contrato que passa à União a dívida de R\$ 514 milhões que o estado tem com o Ipsc. O prazo para a votação termina no próximo dia 20.